

# FORTES E FORTALEZAS COMO “LUGARES DE MEMÓRIA”: O CASO BRASILEIRO

Edgley Pereira de Paula

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História  
3000-336, Coimbra, Portugal,  
[edgleydepaula@hotmail.com](mailto:edgleydepaula@hotmail.com)

# Fortes e Fortalezas como “lugares de memória”: o caso Brasileiro

Edgley Pereira de Paula

## Historial do artigo:

Recebido a 10 de abril de 2017

Revisto a 10 de maio de 2017

Aceite a 20 de maio de 2017

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma reflexão sobre as apropriações e ressignificações evidenciadas hoje em dia na percepção que se faz sobre as fortificações militares, apresentando como hipótese de explicação teórica para esse fenômeno o conceito de “lugares de memória”, trabalhado por Pierre Nora. Nessa perspectiva, apresento alguns exemplos de fortes e fortalezas existentes no território brasileiro e que efetivamente são apropriados pelo entorno social ao gerar um sentimento de identidade e de pertença, articulado com o sentido de nacionalidade, tendo esses equipamentos culturais a destinação de ancoragem real e monumental para a ligação entre a população e sua história.

**Palavras-Chave:** Fortificações, Lugares de Memória

## ABSTRACT

The present article has a main objective to present a reflection on the appropriations and resignations provided today in the perception that is made on military fortifications, presenting as the hypothesis of theoretical explanation for this phenomenon the concept of "lieux de mémoire", worked by Pierre Nora. In this perspective, I give some examples of military fortifications existing in the brazilian territory and that are effectively appropriate by the social environment by generating a feeling of identity and membership, with the sense of nationality, with those cultural equipment the destination of real and monumental anchorage for the connection between the population and its history.

**Keywords:** Fortification, “lieux de mémoire”.

A extensão e a soberania do Estado Brasileiro tem em suas bases o nosso antigo sistema de fortificações de origem portuguesa espalhados não só pelas costas litorâneas como também pelo interior do país.

Tudo teve início quando, inseridos no contexto geopolítico da expansão ibérica, Portugal decidiu defender e guardar o imenso território do que viria a ser o Brasil. Num trabalho altamente

dispendioso para a Coroa Portuguesa, foram erigidas pela engenharia militar da época, inúmeras fortificações, em locais estratégicos, muitas vezes longínquos e com meios de subsistência deficitários.

E assim se fez a defesa do Brasil, Luso-brasileiros ergueram, ao longo de cinco séculos, mais de 350 fortificações, de variadas tipologias, tais como, fortalezas, fortes, fortins, redutos, redentes, presídios, vigias, baterias, feitorias, portões, trincheiras, tranqueiras e casas fortes. Construções essas que tiveram como seus “autores” não só portugueses, como italianos, espanhóis, holandeses, entre outras nacionalidades, a serviço da coroa portuguesa.

A partir da construção desses primeiros baluartes que mantiveram a integridade territorial da colônia, nasceram as principais cidades brasileiras, localizadas à beira mar ou em importantes confluências de rios e “fechos” de morros no interior, todos estrategicamente postados aproveitando-se do terreno e dos meios disponíveis à época.

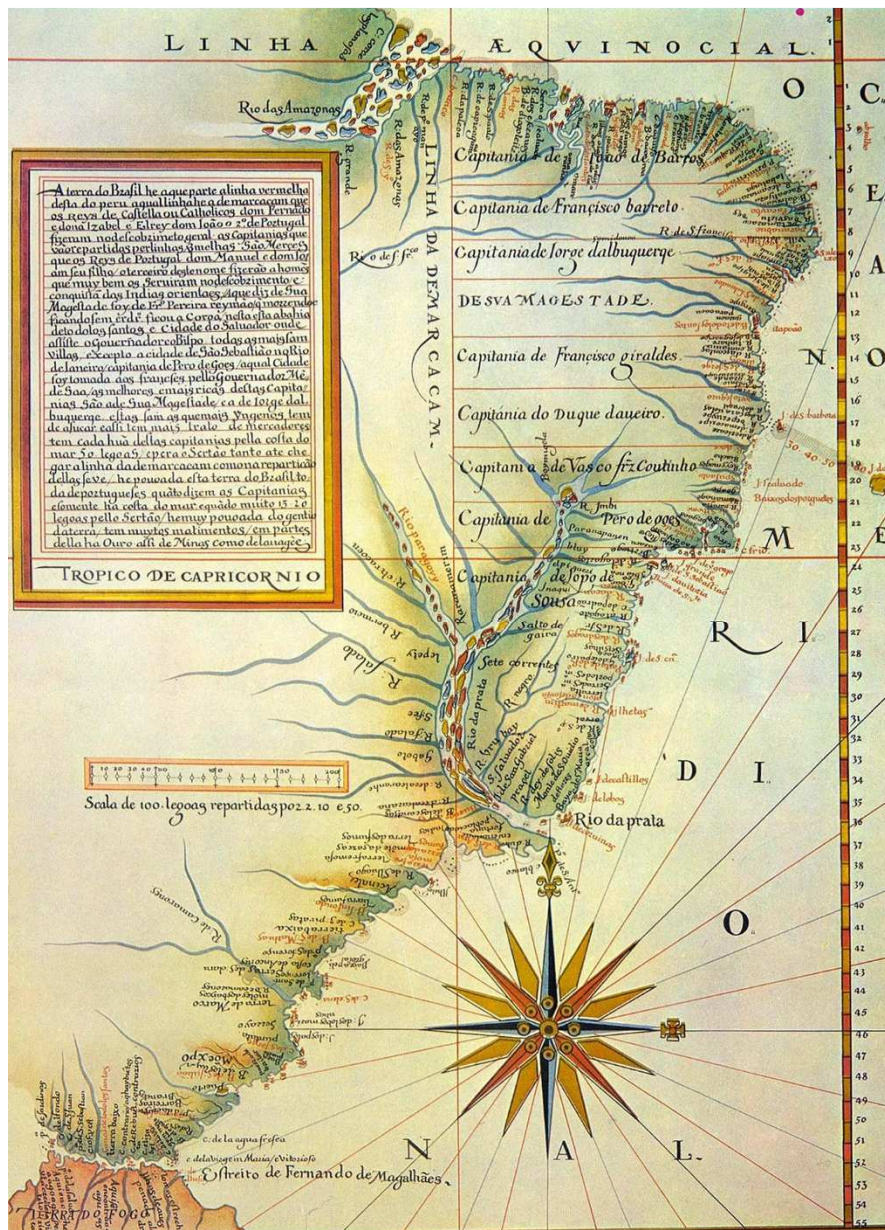


Figura 1. Mapa do Brasil Colonial com a indicação da linha do Tratado de Tordesilhas.

Em estreita ligação às questões económicas, naturalmente, a maior concentração de fortificações ocorreu nas regiões das cidades mais importantes: Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santos. Citaremos algumas:

O Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém, foi o primeiro a ser construído em 1616 na Amazónia, testemunhando, pois, a presença portuguesa naquela cobiçada região.



**Figura 2.** Forte do Presépio – Belém, PA. **Fonte:** O Autor

O mais antigo dos fortes que não foi destruído com o passar dos tempos, é o Forte dos Reis Magos, construído na cidade de Natal, no ano de 1598.

A Bahia é o estado que mais fortificações oferece à visitação, merecendo ser citados os fortes de São João da Barra, Santa Maria e do Barbalho, São Pedro, Monte Serrat, entre outros.



**Figura 3.** Forte Monte Serrat, Salvador, BA. **Fonte:** O Autor

O Rio de Janeiro é cenário de um belíssimo complexo histórico-turístico. As fortalezas de Santa Cruz junto com os fortes de Rio Branco, São Luiz, Pico e Imbuí, localizados em Niterói, são constantemente visitados por significativo número de pessoas. Do outro lado da Baía de Guanabara temos o Forte do Vigia e o Forte de Copacabana, onde se sedia o Museu Histórico do Exército, referência de centro de história militar, cultura e turismo.

O Sul do Brasil também foi aquinhado com a construção de várias fortificações, destacando-se o sistema triangular de defesa da cidade de Florianópolis, Capital do estado de Santa Catarina, formado pelas fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz do Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonos. Citamos ainda, por seu inestimável valor histórico, o sítio do Forte Jesus, Maria e José, construído em 1737, marco de fundação do atual estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar esses poucos exemplos, por assumir singular relevo, cumpre-nos falar também do Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia, construído no século XVIII, ao longo de sete anos, em região inóspita e de difícil acesso ainda hoje, cuja edificação constituiu uma verdadeira epopéia.



**Figura 4.** O Real Forte Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé, fronteira natural entre o Brasil e a Bolívia, é o mais antigo monumento histórico de Rondônia. **Fonte:** O Autor

Atualmente, a maioria deste importante patrimônio cultural, relicário da história-pátria, é aberta ao público. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal do governo brasileiro, Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios, a Marinha, o Exército, algumas Universidades, entre outras instituições, que possuem alguma ingerência na administração desses bens históricos, vêm desenvolvendo junto à população brasileira, ações de alto valor pedagógico e cívico, com vistas à preservação dessa memória, de nosso legado histórico, de nossas tradições, de nossos valores paradigmáticos e imateriais, enfim da nossa identidade.

Centrada no objeto cultural, a “Educação Patrimonial” é uma expressão cada vez mais frequente na rotina dos elementos envolvidos com a preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.

Hoje, alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo no âmbito de suas instituições culturais, sobretudo em museus, bibliotecas e arquivos públicos, a elaboração de programas de educação patrimonial.

A origem dessa expressão é inglesa (Heritage Education) e pode ser traduzida, conforme a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta (1999), como “*um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido*”. Segundo ela, a educação patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utilizaria dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo de formação da área afetiva na população, a fim de desenvolver

a sensibilidade e a consciência coletiva para a importância da preservação desses equipamentos culturais.

Logo, a educação patrimonial nada mais seria do que uma proposta interdisciplinar de educar, voltada para questões atinentes ao património cultural, seria um “conhecer para preservar”.

E o que seriam esses lugares de memória? “lugar de memória” é um conceito fundamental para todos os profissionais que lidam de alguma maneira com o património cultural. Pensemos: onde se encontra no presente os vestígios de uma identidade nacional, onde as pessoas comuns podem se “ver”, ter um sentimento de pertencimento com aquilo que já passou ou às pessoas que os antecederam? Em festas? Em Arquivos Públicos? Em monumentos? Sim, todos esses exemplos revestem-se desse conceito de “lugares de memória”, ancoradouros de um passado comum que marca uma certa nacionalidade.

Nessa categoria de “lugares de memória” despontam inevitavelmente os sítios históricos que por si só, por sua natureza estritamente conceitual, já se apresentam como uma referência do passado ao presente. Desses sítios históricos, as fortificações tem um lugar privilegiado, por sua própria e peculiar arquitetura, por sua singular implantação estratégica e por seu alto valor sentimental, de um último bastião, de um repositório de vida, de um derradeiro lugar onde as pessoas de outras épocas se encastelavam e se defendiam, por suas vidas, talvez por seus interesses particulares ou também por grandes ideais...

Todos nós, que vivemos em cidades que possuem fortes, temos neles pontos de ancoragem da memória: “lugares” em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, Territórios muitas vezes percorridos e familiarizados ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.

Estes monumentos, espaços públicos e sítios históricos, dotados de significado fazem, de cada cidade fortificada, um território urbano qualificado, ao integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. E, se tais sentidos estão referidos no passado, fazendo evocar ações, personagens e tramas que se realizaram em um tempo já escoado, eles são “lugares de memória”, ou ainda espaços que contêm um tempo.

Talvez por isso, num mundo cada vez mais globalizado, essa busca por nossos fortes, esse revisitar, essa autoafirmação de um passado comum. Porque é num forte que a imaginação se reveste de uma aura simbólica, de um certo ritualismo

Na verdade, o “lugar de memória” existe onde o simples registo acaba. Ele é o registo e aquilo que o transcende, é o sentido simbólico inscrito no próprio ícone. Esses lugares são os espaços onde a memória se fixou e servem como uma nova forma de apreender a memória que não nos é natural, um verdadeiro suporte memorialístico, pois não vivemos mais o que eles representam e que são apropriados pela história como fonte.

São, portanto, locais materiais e imateriais onde se cristalizaram a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

Interessa notar que as fortificações podem e devem cumprir esse papel, e felizmente, mesmo que empiricamente, muitos profissionais de diversas áreas já trabalham com esse conceito e

dele criam circuitos a pé em sítios históricos, passeios marítimos por fortificações de baía, lançamentos de obras culturais dentro de fortes, entre outras ações.

No entanto, creio que deveria ser dado um passo à frente nessa educação patrimonial, que envolva o poder público nas três esferas, as instituições que tem sob a sua guarda esse rico património e profissionais da área, e aqui citaria principalmente o setor de turismo, que só tem a ganhar agregando esse saber histórico e cultural ao seu ofício, concedendo densidade e profundidade às discussões que envolvam esse valioso património cultural, legado de nossos antepassados onde o conceito de “lugares de memória” deve ser necessariamente refletido.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Lisboa: edições 70. 1993

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Museu Imperial. 1999

NORA, Pierra. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. São Paulo: Revista Projeto História, v. 10. 1993